

ATA DA 10ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS REALIZADA NO ESCRITÓRIO SEDE DA 4ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA CODEVASF NA CIDADE DE ARACAJÚ NO ESTADO DE SERGIPE

Data: 29/11/2001

Início: 09:30 h – Término: 15:30 h

PARTICIPANTES:

1 – Ministério da Ciência e Tecnologia

Dr. Carlos Oiti Berbert (coiti@mct.gov.br)

2 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Dr. Luiz Novais de Almeida (mcoliveira@mctagricultura.gov.br)

3 – Prestadores de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgoto Sanitário

Dr. João Carlos Simanke de Souza (jsimanke@sabesp.com.br)

4 – Pescadores e Usuários da Água para o Lazer

Marcos Freitas Pereira mfreitas@rioquenteresorts.com.br

5 – Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Região Sudeste

Dr. Carlos Eduardo Nascimento Alencastre.comitepardo@netsite.com.br

6 – Indústrias

Agostinho F. Sobreiro Neto

CONVIDADOS/PRESENTES:

Luiz Amóre – amore@tba.com.br

Sidnei Gusmão Agra – sidnei.gusmao@sema.com.br

Marcelo Garcia Miranda Diniz – dico@igam.com.br

Frederico Cláudio Peixinho – peixinho@cprm.gov.br

André Luiz Mussel Monsorens – monsorens@cprm.gov.br

Luiz Rancan – lrancan@ez.com.br

Isaac Goês de Queiroz – izaac@srh.ba.gov.br

Roberto Alves Monteiro – roalmonite@ig.com.br

RELATORES:

Júlio Florêncio Filho (julio.florencio@ig.com.br)

Ednaldo Mesquita Carvalho – ednaldo.mesquita@ig.com.br

ASSUNTOS DISCUTIDOS

Dando início aos trabalhos o Presidente abriu a reunião cumprimentando os presentes agradecendo a presença maciça dos conselheiros que compõem a CTAS. Foi feita a leitura da ata da nona reunião tendo o Presidente sugerido que da minuta apresentada fossem suprimidas as linhas a partir da 57 até a 95 pois a minuta de Resolução com as Diretrizes para inserção das Águas Subterrâneas no instrumento Plano de Recursos Hídricos já constam integralmente de um anexo à mesma. Dando prosseguimento, passou-se a discutir o próximo item da pauta que tratava da eleição do Presidente para o mandato tampão com término previsto para julho de 2002. Por proposição do Dr. Oiti foi reeleito por unanimidade o Dr. João Carlos Simanke de Souza. O presidente deu início a discussão do próximo item da pauta que tratava da alteração do Plano de Trabalho. O Presidente lembrou que se acha em tramitação no Congresso Nacional um Projeto de Emenda Constitucional que altera a dominialidade das Águas Subterrâneas, passando a União ser detentora dessa dominialidade. O Dr. Oiti propôs que fosse dado um prazo para serem apresentadas sugestões, tendo ficado acertado que as mesmas deveriam ser enviadas diretamente ao presidente até a primeira quinzena de janeiro de 2002. O Dr. Peixinho sugeriu que fossem aplicados recursos do Fundo Setorial de

Recursos Hídricos-CTHIDRO nas pesquisas de Águas Subterrâneas. Dr. Oití sugeriu que todos deveriam fazer uma visita ao site do MCT na Internet (www.mct.gov.br) para que ficassem conhecendo onde podem ser aplicados os recursos do Fundo. Dr. Luiz Amóre sugeriu que o Fundo tenha um destaque para Águas Subterrâneas com regras e dotações. Dr. Peixinho disse ter participado das reuniões onde foi detalhado o Plano Estratégico e informou que não foram explicitadas definições relativas às Águas Subterrâneas. Dr. Oití leu o decreto que define a sustentabilidade hidrológica onde faltam destaques para Águas Subterrâneas. Dr. Agostinho perguntou se seria possível uma Moção sugerindo que dos Editais constassem linhas de pesquisa em Águas Subterrâneas. Dr. Oití sugeriu que fosse feita uma proposição interdisciplinar para efeito de elaboração da Plataforma de Águas Subterrâneas. Dr. Luiz Amóre fez sugestões sobre a Plataforma e Dr. Simanke sugere que o Dr. Oití redija um texto com sugestões visando dar viabilidade às pesquisas de águas subterrâneas nos editais do Fundo. Dr. Luiz Amóre propôs que fosse feito um documento básico que seria anexado aos Editais com referência às águas subterrâneas. Dr. Agostinho propôs que fosse feita uma reunião conjunta com a CTIL para a discussão da Moção ao Conselho. Dr. Simanke também acha que este projeto tem que ser participativo. Dr. Luiz Novais falou da necessidade de ser viabilizada a aplicação de recursos do Fundo na Plataforma. Dr. Oití pediu que fosse estudada a viabilidade da CTAS ter condição para aplicar os recursos do Fundo na elaboração da Plataforma. Dr. Oití falou se não seria o caso da CTAS solicitar uma Plataforma junto ao CTHIDRO. Dra. Ideli achou que o Plano de Trabalho deve ter um horizonte temporário. Dr. Peixinho achou que o plano deve ser estratégico e não temporário. Dr. Ednaldo informou que no PNRH as Águas Subterrâneas serão contempladas. Dr. Rankan falou da necessidade de constar nos Planos de Recursos Hídricos, o balanço hídrico compatibilizando as águas superficiais com as subterrâneas. O Presidente informou que o Plano será até julho de 2002 e que as sugestões deverão ser enviadas até o final de dezembro de 2001 e deverão ser enviadas por e-mail diretamente para o Presidente. Foi ainda comentada a Emenda Constitucional, tendo o Dr. Luiz Amóre tecido comentários a respeito do assunto. Dr. Roberto Monteiro acha muito difícil a mesma ser aprovada devido a pressões dos Estados, os quais não se conformarão em perder a dominialidade. Com relação à proposição visando a inserção das Águas Subterrâneas nos instrumentos Planos de Recursos Hídricos, foi apresentada uma nova versão pelo Dr. Luiz Amóre e como o assunto não era do conhecimento dos presentes, o mesmo ficou para ser discutido na próxima reunião com sugestões a serem enviadas ao Presidente até 15 de janeiro de 2002. A seguir, passou-se ao último item da pauta onde foram tratados os assuntos gerais, tendo sido iniciado com a discussão do expediente enviado pela Comissão Superior Pelas Águas, de São Lourenço, tendo nesta ocasião o Dr. Luiz Amóre feito um relato da situação, com um parecer técnico que se encontra anexo à presente ata. No que se refere à dominialidade Dr. Roberto Monteiro falou sobre a questão de competência para a outorga. O Dr. Agostinho concordou com o Dr. Roberto na questão de competência. Dr. Luiz Amóre falou sobre os conflitos de outorga, tendo o Dr. Peixinho sugerido que a ANA é quem deve intermediar os conflitos já que existem três níveis de competência. Dr. Oití achou que o assunto não é de competência da CTAS, e sugeriu que o assunto, devido às controvérsias existentes, que se pondere com uma resposta frisando a necessidade de formulação de uma política visando disciplinar o assunto. Dr. Amóre ponderou e argumentou sobre o desejo que tem a municipalidade no sentido de que o CNRH leve em consideração o problema e tome as providências cabíveis para melhor aplicar a legislação vigente. Em continuidade fez um relato de como a Nestle iniciou o processo de exploração de água mineral em São Lourenço MG. Foi então redigida e encaminhada a resposta oficial da CTAS ao CNRH no mesmo dia. Dando continuidade, o Presidente passou aos Assuntos Gerais, tendo comunicado que o Parecer Técnico da CTAS sobre os Poços Jorrantes do Estado do Piauí seria analisado na Vª Reunião Extraordinária do CNRH. Finalizando ficou

acertado que a próxima reunião será em Brasília na segunda quinzena de fevereiro de 2002 com pauta a ser definida posteriormente.

Dr. João Carlos Simanke de Souza – Presidente
Júlio Florêncio Filho - Relator